

Cidades.

Fogo na turfa perto do fim

Coordenador da Defesa Civil, coronel Fabiano Bono deve dizer hoje quando o problema será sanado e poderá aliviar quem mora nas áreas próximas ao Mestre Álvaro. **Página 13**

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

PERÍCIA CRIMINAL

LAUDOS SEM CONCLUSÃO

HÁ QUASE DEZ ANOS

Uma das causas é a estrutura física deficiente do departamento

▄ **ALEXANDRE LEMOS**
aljunior@redgazeta.com.br

Mais de 11 mil laudos periciais estão sem conclusão no Departamento de Criminalística da Superintendência de Polícia Técnico Científica (SPTC) do Espírito Santo. Alguns deles de crimes que aconteceram há quase 10 anos. Além desse número, hoje o órgão consegue elaborar os laudos de apenas metade das solicitações. A lentidão prejudica a formulação dos inquéritos policiais, das ações penais oferecidas pelo Ministério Público e dos processos judiciais.

As informações são da Associação Espírito-Santense de Peritos em Criminalística (AEPC), que aponta que as causas são a estrutura física deficiente e o baixo número de profissionais. Em todo o Estado, 150 peritos estão divididos na sede, em Vitória, e em seis plantões no interior.

“Além do reduzido número de peritos, há uma defasagem muito grande na estrutura física, de forma especial, nas áreas de engenharia e tecnologia de informações. Não temos equipamentos, nem software necessários para algumas respostas”, aponta o presidente da AEPC, Danilo Ribeiro.

A infraestrutura é ainda pior no interior do Estado, não há instalações próprias. Em Linhares, São Mateus, Barra de São Francisco e Venda Nova do Imigrante, os trabalhos são desenvolvidos em sa-



Peritos do Estado conseguem ir até os locais de crime, mas não finalizam os laudos, devido ao acúmulo de trabalho

las dentro das Delegacias Regionais. Já em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, os peritos têm de trabalhar em salas oferecidas pelas prefeituras. Nas seis cidades não há como realizar exames toxicológicos e balísticos.

“Armas, munições e drogas apreendidas, por exemplo, em Ecoporanga, precisa viajar praticamente 300 km, para serem analisadas na Capital. Não há microscópios balísticos nesses plantões”, destaca Ribeiro.

O maior número de perícias sem conclusão são nas áreas de acidentes de trabalho, de acidentes de trânsito e homicídios.

INVESTIGAÇÕES

A lentidão na conclusão dos laudos periciais acaba criando um efeito cascata, de acordo com o presidente da AEPC, o que prejudica o andamento de investigações importantes, já que acabam priorizando situações em fase judicial.

“Muitas vezes o MP não pode oferecer a denúncia, e os juízes ficam sem provas periciais para análises criminais”, disse Ribeiro. “Conseguimos ir até os locais, fotografamos, registramos, voltamos para o laboratório, mas o laudo fica parado, já que existem demandas paradas”, acrescenta.

ANÁLISE

Sistema penal: refém do flagrante delito

▄ O problema de carência da prova técnica, pericial, é um dos dramas do sistema de Justiça penal brasileiro e capixaba. A desvalorização dos profissionais e o descaso dos poderes impedem a mudança dessa realidade. A gravidade da situação reflete nos níveis de impunidade dos crimes violentos. Apenas 8% dos homicídios conseguem ser devidamente apurados no país, devido à pre-

cariedade da produção de laudos periciais. O sistema penal brasileiro está refém da caça ao flagrante delito, ou sustenta suas condenações em provas precárias como a testemunhal, a mais questionável, por depender da memória daqueles que recontam os fatos depois de muitos anos da sua ocorrência.

—
THIAGO FABRES DE CARVALHO
DOUTOR EM DIREITO PENAL

Mutirões vão resolver o problema

▄ O Superintendente de Polícia Técnico-Científica, o delegado Danilo Bahiense, que assumiu a SPTC em janeiro, admite atrasos em entrega de laudos em algumas áreas no Departamento de Criminalística.

“Realmente há atrasos nas conclusões de laudos periciais, mas já temos avanços com a nomeação de novos peritos no começo deste ano. Já periciamos, por exemplo, metade das 8 mil armas que estavam pendentes. Com mais 30 dias, não teremos mais atrasos na área de balística”, disse.

Bahiense informou, ainda, que após finalizar essa ação concentrada, novos mutirões serão realizados. “Colocamos os peritos mais antigos para cuidarem das pendências atrasadas, e os novos focados em não mais acumular entregas de laudos”, afirma o superintendente.

O delegado ainda explica o porquê os exames toxicológicos e balísticos não são realizados no interior do Estado. “Os equipamentos para estes fins são caríssimos e não temos, nesse momento, condições de tê-los em cada região”, finaliza.



FALTA ATÉ APARELHO DE RAIOS X

Estrutura ruim do DML dificulta trabalho dos médicos legistas

MARCOS FERNANDEZ - 21/02/2014

Reforma foi realizada no último ano, mas é considerada insuficiente por associação

▄ ALEXANDRE LEMOS
aljunior@redgazeta.com.br

A falta de infraestrutura prejudicando o andamento dos trabalhos não está somente no Departamento de Criminalística. Um outro setor da Superintendência de Polícia Técnico Científica (SPTC) do Espírito Santo também precisa de melhorias: o Departamento Médico Legal (DML).

O presidente da Associação de Médicos Legistas do Espírito Santo, Leonardo Lessa, aponta que a estrutura do DML foi melhorada superficialmente. “Houve uma melhora do ponto de vista estético no último ano, porém não há aparelho de raios X para facilitar os exames”.

Ele reclama da estrutura pequena e precária, não apenas em Vitória, como também nas três unidades do interior, que ficam em Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. “Nas salas de necropsia não contamos com sistema de ventilação



Em 2014, médicos legistas paralisaram suas atividades para reivindicar melhor estrutura de trabalho

que é necessário para não ficarmos imersos o tempo todo com impurezas”, disse.

No último ano, os médicos legistas do Estado chegaram a fazer uma greve para reivindicar melhores condições de trabalho. A paralisação geral chegou a durar 60 horas, e pelo menos 20 famílias passaram pela angústia da espera pela liberação dos corpos de parentes.

INSUFICIENTE

60

médicos legistas

Essa a quantidade de profissionais que atuam em todo o Estado.

CONCURSO

Lessa admite que com o concurso o número de médicos legistas passou para 60, o que segundo ele, ainda é insuficiente. “Esse número para todo o Estado é pequeno. Há falta de profissionais mulheres para atenderem mais confortavelmente as mulheres vítimas de violência”, conta.

O superintendente de Po-

lícia Técnico Científica, o delegado Danilo Bahiense, admite que o espaço do DML ainda não é o ideal, mas afirma que já melhorou.

“Há uma entrada específica para presos. Há previsão para uma outra reforma do espaço para torná-lo mais espaçoso, e ainda a aquisição de um equipamento para tirar os fortes odores”, conta o delegado.

Ação da Justiça fica prejudicada

▄ A apuração de crimes, realmente, pode ficar prejudicada com a falta de conclusão de laudos periciais, de acordo com o presidente da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages), o juiz Ezequiel Turíbio. “A persecução (investigação) criminal não tem andamento. Sem laudo da perícia, na maioria dos casos, o Ministério Público não pode oferecer a denúncia e acaba comprometendo toda a ação da Justiça”, afirma o juiz.

Turíbio conta que a ausência de materialidade nos delitos criminais, que deveriam ser apontados pelos laudos, demonstra a ineficiência do Estado nas investigações e apurações de crimes. “É um problema muito sério, não se pode, por exemplo, julgar supostas infrações apenas por depoimentos de testemunhas”, explica.